

Nº 508/2014

46



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Fernando Martins

INCIDENTE DE FALSIDADE Nº 0325743-2

SUSCITANTE: CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL

SUSCITADO: BANCO BRADESCO S/A

RELATOR : DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: INCIDENTE DE FALSIDADE - ALEGAÇÃO DE ASSINATURA FALSO EM DOCUMENTO JUNTADO NA INICIAL DO RECURSO DE APELAÇÃO - AUSÊNCIA DE RESPOSTA DA PARTE CONTRÁRIA - REVELIA - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA ALEGADA FALSIDADE - JULGADO PROCEDENTE O INCIDENTE - DECISÃO UNÂNIME. Uma vez que a parte não respondeu ao incidente, apesar de intimada, há de ser decretada sua revelia e via de consequência julgado procedente o processo incidental, ante a presunção de veracidade da alegada falsidade, ainda que sua presunção seja *IURIS TANTUM*.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração, em que são partes as acima indicadas; Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos em JULGAR PROCEDENTE O PRESENTE INCIDENTE, DECLARANDO IMPRESTÁVEL COM PROVA, O DOCUMENTO DE FLS. 276 DA INICIAL DA APELAÇÃO CÍVEL em apenso, ante a presunção da veracidade quanto a alegação de sua falsidade, nos termos do voto do relator, em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.

Des. FERNANDO MARTINS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

INCIDENTE DE FALSIDADE Nº 00325743-2
SUSCITANTE: CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL
SUSCITADO: BANCO BRADESCO S/A
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO:

Trata-se de incidente de falsidade manejado pelo apelado, ora suscitante em face de assinatura posta em documento de fls. 276 da peça apelatória intitulado "ordem de transferência de ações escriturais - OT1".

Compulsando os autos vejo que o presente incidente preenche os requisitos de admissibilidade, pois foi proposto dentro do prazo esculpido no art. 390¹ do CPC.

Observo ainda, que nos autos da apelação cível nº 0287007-5 em apenso, o relator substituto, proferiu decisão interlocutória às fls. 414 e 414v, onde determinou a suspensão da apelação em conformidade com o art. 394² do CPC.

Já às fls. 31 dos presentes autos, o também relator substituto proferiu despacho determinando a intimação da parte contrária, em cumprimento ao art. 392 do CPC.

A parte adversa, entretanto, não respondeu a demanda, conforme certificado às fls. 33.

É O BREVE RELATÓRIO.

Recife, 19 de março de 2014.

Des. Fernando Martins

RELATOR

¹ O incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitá-lo na contestação ou no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da sua juntada aos autos.

² Logo que for suscitado o incidente de falsidade, o juiz suspenderá o processo principal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

INCIDENTE DE FALSIDADE Nº 00325743-2
INCEPIENTE: CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL
INCEPTO: BANCO BRADESCO S/A
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

VOTO:

Trata-se de incidente de falsidade manejado pelo apelado, ora inceptiente em face de assinatura posta em documento de fls. 276 da peça apelatória intitulado "ordem de transferência de ações escrituais - OT1".

Diante da ausência de resposta da parte demandada, apesar de intimada, conforme certidões de fls. 32 e 33, decreto a revelia do incepto, nos moldes do art. 319 do CPC, o que leva a conclusão pela presunção da veracidade da alegada falsidade.

Em relação a matéria, vejamos o comentário de Luiz Guilherme Marinoni¹:

" Pode o demandado contestar a arguição de falsidade, assim como pode não responder à demanda. Nesse caso, será considerado revel e a alegação de falsidade contará com presunção de veracidade (art. 319, CPC). A presunção é relativa".

Por todo o exposto, voto no sentido de julgar procedente o presente incidente de falsidade, declarando imprestável como prova,

¹ Marinoni. Luiz Guilherme. Código de processo civil comentado artigo por artigo/ Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. – 2. ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

o documento de fls. 276 da inicial da AC em apenso, ante a presunção da veracidade quanto a alegação de sua falsidade.

É COMO VOTO.

Recife, 27 de 05 de 2014.

Des. Fernando Martins

